

PECADO ORIGINAL NA ECONOMIA: REFLEXÃO CRÍTICA CONSIDERANDO CONTRIBUIÇÃO DE MARX¹

THE ORIGINAL SIN OF ECONOMY AND THEOLOGY:
CRITICAL REFLECTION CONSIDERING MARX'S CONTRIBUTION

Marcos Kruse²

RESUMO

Em *O capital*, Karl Marx estabeleceu ponto comparativo entre a situação do acúmulo prévio (primitivo) do capital e a configuração do pecado original. Estabeleceu assim, um ponto de relação entre a economia e a teologia. Este artigo, que foi pensado em duas partes, discute, na primeira parte, a questão da economia, desde as suas vertentes comparativas a proposição da teologia em relação ao pecado original e o pecado atual, de sorte que se faz a indagação, também, pela economia originária e pela economia derivada ou atual. A constatação a que se chega é que a economia do capital se manifesta como ente mutante e que as mutações impostas pelo avanço do capital abrem espaços de enorme incerteza humana, social e ecológica. Nesta primeira parte, ocupamo-nos da economia. Na segunda, vamos fazer as mesmas indagações orientadoras para a teologia.

Palavras-chave: acumulação primitiva; capital; *plus value*; valor e preço.

ABSTRACT

In his work, the capital, Karl Marx established a comparative point between the situation of the previous (primitive) accumulation of capital and the configuration of original sin. He, thus, established a point of relationship between economics and theology. This article, which was designed in two parts, discusses, in the first part, the issue of economics, from its comparative aspects to the theology's proposition in relation to original sin and current sin, so that the question is also asked, by the original economy and the derived or current economy. The conclusion reached is that the capital economy manifests itself as a mutant entity and that the mutations imposed by the advance of capital open up spaces of enormous human, social and ecological uncertainty. In this first part, we focus on the economy. In the second, we will ask the same guiding questions for theology.

Keywords: primitive accumulation; capital; *plus value*; value and price.

1 O artigo, originalmente e desde um ponto de abordagem comum, discutia as questões da economia e da teologia. Contudo, a discussão de ambos temas num mesmo artigo, acabou por aumentar significativamente a paginação. Por este motivo, separei os temas da economia e da teologia. O presente artigo está afeto, portanto, à discussão do originário tema, na esfera econômica.

2 Bel, Bel Theol. (Curitiba e São Leopoldo), Bel em Ciências Econômicas (Maringá), Economista (Corecon VI 5193), Perito Judicial, Bel em Direito (Maringá) e Doutor em Direito pela Universidad Nacional Lomas de Zamora, (Buenos Aires, Argentina). E-mail: mkruse@mkruse.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9459-5644>

RESUMEN

En *El Capital*, Carlos Marx estableció un punto comparativo entre la situación de la acumulación previa (primitiva) del capital y la configuración del pecado original. Estableció así un punto de relación entre economía y teología. Este artículo, que fue diseñado en dos partes, aborda, en la primera, la cuestión de la economía, desde sus aspectos comparativos a la proposición de la teología concerniente al pecado original y al pecado actual. De este modo, la pregunta planteada se hace, también, por la original economía y la economía derivada o corriente. La conclusión a la que se llega es que la economía del capital se manifiesta como una entidad mutante y que las mutaciones impuestas por el avance del capital abren espacios de enorme incertidumbre humana, social y ecológica. En esta primera parte nos centramos en la economía. En la segunda, haremos las mismas preguntas orientadoras para la teología.

Palabras Clave: acumulación primitiva; capital; plus value; valor y precio.

O PONTO DA SUSPEITA

O presente escrito surgiu de um ponto específico constante de um artigo de Roberto E. Zwetsch sobre o tema Lutero, Justiça Social e Poder Político.³ Em determinado momento do artigo em comento, Zwetsch, que convivera no tempo de academia na mesma *república estudantil* com Victor Westhelle, cita um artigo do colega que fora publicado numa obra sobre Lutero. Assim:

“Westhelle chama a atenção que Karl Marx considerou Lutero ‘o mais antigo economista político alemão’, baseando-se no escrito de Lutero *Aos Pastores, para que preguem contra a Usura* (1540). Segundo a interpretação de Marx, ‘a acumulação primitiva [do capital] desempenha na economia política um papel semelhante ao pecado original na teologia’.

Para Westhelle, o mesmo se pode afirmar do *homo politicus*. Também este representa o trabalho criador de Deus através da humanidade, mas nesse caso como uma máscara revelando o juízo divino no mundo com base na perversão da economia, quando ela serve não ao bem comum, mas à concentração do capital em poucas e privilegiadas mãos, como estudos e documentos recentes vem revelando à exaustão.⁴ Conforme Westhelle, para Lutero a esfera ou ação política não tem autonomia, e isso se deve fundamentalmente porque ela está ligada ao âmbito do lar, da casa, do *oikos*, isto é, da economia (do grego *oikonomos*).⁵

Pronto, ler o texto, para mim, fora o suficiente, não pela questão da política e sim, pelo vínculo entre acumulação primitiva e pecado.⁶ Estava ali posta a releitura do texto que Marx produzira para completar o primeiro Livro de O Capital. Eu já havia lido o texto de Marx em outras ocasiões.

3 (ZWETSCH). Não sei exatamente onde e quando o artigo foi publicado.

4 ZWETSCH aqui cita o trabalho de PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. Oportunamente, temos de analisar também as questões trazidas à luz por este economista francês.

5 (WESTHELLE, 2013, p. 329), citado *apud* ZWETSCH.

6 O pecado original em relação à política poderia contar textos interessantes também no Testamento Hebraico. Mas, não fariam parte da comparaçãoposta por Marx.

Mas, de repente, eu havia sido fisgado por uma curiosidade irresistível, primeiro para compreender a justeza do argumento que havia proposto Marx ou, também, para ver se a proposta de comparação ou mesmo de aponte paradigmático, tinha alguma razão de ser. O pecado, tema de enorme dispêndio de *energia teológica* poderia ter uma outra vertente, bem mais humana e material sobre a qual se demandaria *energia economicológica*. A fé aí, teria de verificar as próprias possibilidades hermenêuticas diante de tão invulgar reflexão.

Isto posto, dois caminhos estão abertos para serem trilhados. O primeiro, tem de fazer a indagação e o trabalho hermenêutico sobre o que Marx escrevera a respeito da economia. O segundo caminho tem a ver com o trabalho de indagar e interpretar o significado do linguajar sobre o pecado original, tanto em sua possível vicissitude teológica, quanto a respeito de sua possível subsunção ou comparativo em relação à economia. Eis aí a tarefa que se propõe aqui. Adianto que, logo depois de ponderar sobre os caminhos a seguir, tive relampejo de vontade imediata de tudo esquecer e abandonar a empreita. Esta, mesmo que em dois pontos, demandaria grande esforço. Pus o artigo “*de molho*”, isto apesar da curiosidade irresistível.⁷ Quem sabe eu o retome. Se assim ocorrer, a curiosidade do tema terá sido vencedora. Pois, *depois do molho*, resolvi retomar o artigo.

INCURSÃO HERMENÊUTICA EM ECONOMIA

1.1 - A ASSIM CHAMADA, ACUMULAÇÃO PRIMITIVA

Este título de *acumulação primitiva* também se encontra no capítulo XXIV do Primeiro Livro de O Capital (MARX, 2013 [1890], p. 785-833). O ponto exato das imbricações do que se trata neste capítulo, tem a ver com a constatação do que até ali apresentara Marx. Para o caso das páginas precedentes, Marx descreve o *movimento* ou, o *processo* de produção do capital. Mas aí, observa ele, que este tal *movimento* ou *processo* leva a um beco sem saída, a um círculo vicioso, a um círculo diabólico. Ou, como escreve ele,

“Todo esse movimento parece, portanto, girar num círculo vicioso, do qual só podemos escapar supondo uma acumulação ‘primitiva’ (*previous accumulation*, em Adam Smith), prévia à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida.” (MARX, 2013 [1890], p. 785).

Apresenta Marx, nas páginas precedentes deste volume de sua obra maior, os meandros do processo de produção de capital. Mas aí, não se trata deste *capital prévio* antecedente à própria situação do capital e sim, *ex post*, do próprio processo de produção em regime do capital. Leio a frase que escrevi e vejo que falta o descritivo das palavras já que os conceitos normalmente podem não estar claros. A palavra *capitalismo* para descrever o modo de produção, não vem de Marx; é posterior, tardia (DESAI, 2012) e mesmo falar em *capitalismo* requer adoção de qualificativos que expressem o

⁷ Não posso deixar de abrir um parêntese sobre o poder desta palavra, *irresistível*. Ela aparece com especial sentido em (AURELI AUGUSTINI, 1962 [397-400]). A graça de Deus seria *irresistível* e Agostinho foi por ela vencido, derrotado. A palavra tem também o sentido de *intolerável*, algo que não dá descanso, que oprixe e força uma tomada de decisão.

modo ou modos pelos quais o sistema de produção possa ser compreendido. Advertido quanto às questões vocabulares, sigo.

Marx lida com a questão do capital e se encontra em desfrutar o seu significado, não apenas desde o seu próprio conjunto de ideias e sim, de todos os filósofos ou economistas que o precederam.⁸ Contudo, é bom ser muito claro a respeito da obra maior de Marx. Ela foi produzida numa época de maturidade ou, de *apogeu intelectual* (PAULO NETTO, 2020, p. 273-352), período necessário à elaboração de *O Capital*. Neste *apogeu intelectual* fundem-se diferentes sulcos ou trilhas postas, tanto pelo pensamento quanto pela *herança germânica*.

O texto de Marx é pedante, detalhista ao extremo, impossível de ser traduzido *no popular*.⁹ Não que eu, particularmente, ache ruim um texto detalhista. Marx em seu trabalho, está embasado na tradição alemã que demandava haver detalhado esclarecimento para os mínimos detalhes do argumento. A este *detalhismo*, que até é algo pedante, Marx acrescentou a ironia germânica, repleta de humor negro e ácido, algo também perceptível na primorosa tradução de Rubens Enderle ao vernáculo.

A acumulação primitiva, ou seja, a criação do enorme acumulado de recursos é o ponto fundante para pôr em movimento a engrenagem do capital. Este movimento da engrenagem do capital é o tema tratado nas páginas precedentes ao capítulo XXIV do primeiro livro de *O Capital*. Já na tal acumulação primitiva, não se narra apenas a trajetória do acúmulo como, de fato, a trajetória da contínua pauperização e despossessão da propriedade particular e comunal. Quem não tem propriedade e posses vai fazer parte da *massa proletária*, sujeita às regras postas pelo sistema do capital. Este largo processo estabelece o acúmulo originário de capital, fator que permite colocar em movimento, a engrenagem do capital, cuja forma vai se configurar sob o nome *capitalismo*.

8 Esta frase, longe de fazer parte de qualquer *endeusamento* de Marx, reflete a simples conclusão de que Marx leu e citou todos os seus predecessores. A busca de compreensão da economia era um movimento que já estava em curso desde as primeiras contribuições dos fisiocratas. (STALLYBRASS, 2012) dá cor à envergadura do trabalho de pesquisa empreendido por Marx junto à biblioteca de Londres. É precisamente por seus detalhados estudos que Marx distingue a *economia política clássica* da *economia política vulgar* como aponta (PAULO NETTO, 2020, p. 551, nota 35). A referência citada em questão consta em (MARX, 2013 [1890], p. 155, nota 32).

9 A expressão *no popular* tem por significante o *jeito sertanejo da fala*. Este *jeito sertanejo* surge como distintivo da classe social do capitalismo vinculado ao agronegócio. Para simular vínculo com o povo da terra há frases dispostas em reluzentes caminhonetes, a exemplo de: “desta carroça nós gostamos” ou, “com nós é *no popular*”. Esta simulação de classe marginalizada pretende proporcionar distinção entre a classe intelectual urbana e o capitalismo do campo. Ao se dizer que o texto de Marx não pode ser traduzido meramente *em termos populares*, quer-se alertar para o fato de que as meras adaptações e simplificações da teoria promoveram sistemática e consistente distorção do que Marx trouxe à discussão. Esta incompreensão profunda não atinge apenas o universo popular como, de fato, consta presente na interpretação erudita da qual se toma por exemplo a abordagem de Eugen Böhm Ritter von Bawerk, economista vinculado à Escola Austríaca de pensamento econômico. Entre outros afazeres, Von Bawerk escreveu extensas críticas ao pensamento de Karl Marx. No meio das críticas, Bawerk defendeu inexistir exploração dos trabalhadores por parte dos capitalistas e, em 1896, argumentou que a proposição da teoria do valor trabalho estabeleceria contradição insolúvel entre o que se postulava no primeiro e no terceiro livros de *O Capital* (BÖHM-BAWERK, 1949 [1896]). Note, então, referir-se ao plus value, recomendado valer-se de conceitos simplistas como fatores de interpretação do modo de produção vigente. O *valor adicionado* faz parte destes conceitos complexos que demandam trato intelectual complexo.

A acumulação primitiva fornece a explanação de escape do círculo vicioso já que a reprodução do capital se encontrava posta. Esta acumulação prévia ou primitiva, havia sido também pressuposta por Adam Smith. Todavia, a resposta de Smith se reportou à acumulação sob o manto da ideologia burguesa. Para Smith, a acumulação teria acontecido como processo pacífico em que alguns trabalhadores teriam trabalhado com mais afinco e com maior diligência do que outros e assim estaria justificado o crescimento da riqueza da burguesia. Para Marx, a tentativa de explicação de Smith não deixava de ser uma infantilidade, uma *história de conto de fadas*, já que a *violência fática e histórica* que cercou os inícios da formação do capital foi, simplesmente, empurrada para debaixo do tapete, como se não tivesse vínculo com a manutenção da acumulação que se verificou posteriormente. A acumulação antecedente à conformação do capital como sistema, é este o ponto decisivo de saída do círculo vicioso ao qual apontara Marx.

Há diferentes leituras para a tal *acumulação antecedente*, como já se viu em relação a Adam Smith. Inicia ele, em *A Riqueza das Nações* (SMITH, 1980 [1776 6^a]), explicando que a riqueza, ou seja, o excedente, que se imaginara ser exclusivo produto proporcionado pela natureza, conforme os fisiocratas, estaria evidenciado, mais além da natureza, na gigantesca produção industrial. De fato, pela divisão do trabalho, a produtividade, ou seja, a medida do produto por trabalhador, na indústria, aumenta exponencialmente e aí se indica o fator responsável pela geração do excedente (RUBIN, 2014 [1928 2^a], p. 225-234). Mas, Smith é suficientemente perspicaz para perceber que se faz aí, análise de situação dada, posta. Diz ele:

“Tal como a acumulação de capital deve, pela própria natureza das coisas, ser anterior à divisão do trabalho, assim também o trabalho só poderá subdividir-se cada vez mais na medida em que tenha previamente acumulado mais e mais capital.” (SMITH, 1980 [1776 6^a], p. vol. 1, p. 494).

Tem que haver uma acumulação precedente, prévia para que exista o capital em sua forma moderna, ou seja, industrial que é o tema da abordagem de Smith. E, para ele, a explicação para a acumulação antecedente é, de fato, muito simples, até com formulação de regra geral: “os capitais são aumentados pela parcimônia e são reduzidos pela prodigalidade e mau emprego.” (SMITH, 1980 [1776 6^a], p. vol. 1, p. 592). Essa explicação, para Marx, era apenas conto de fadas, um mito, uma conformação da ideologia posta em marcha pelo próprio capital (LARRAIN, 2012).¹⁰

Afora o intento de Adam Smith quanto à acumulação primitiva, sobressai a tentativa de crítica feita por Joseph Schumpeter, tido por Heilbroner como personagem contraditório.¹¹ A discordância de Schumpeter em relação aos seus professores, incluso Bohm-Bawerk, era também discordância em relação a Karl Marx. Em relação a Marx, no específico ponto relativo à acumulação primitiva, Schumpeter mete os pés pelas mãos. Faz uma confusão enorme entre *teoria da exploração* e suposição do funcionamento normal do sistema do capital (SCHUMPETER, 2014 [1939], p. vol 1).¹²

10 Há diversas contribuições importantes sobre a questão da ideologia. Apenas menciono aquelas que julgo relevantes e de desdobramentos em relação ao argumento subentendido na frase (ALTHUSSER, 1970) e (HINKELAMMERT, 1983).

11 (HEILBRONER, 1996 [1953], p. 267-286).

12 Há muitos que seguem tal leitura, e é de enorme *non sense* pensar que a crítica de Marx se baseava em uma proposição simplória de exploração dos trabalhadores como faz, por exemplo, (GORDON, DAVID, 1993, p. 34).

Não vem ao caso aqui, discutir as filigranas da distinção. Compete, apenas, precisar que a tal *teoria da exploração* estaria dentro do contexto de funcionamento geral do sistema do capital, mas, não poderia ter qualquer ligação com a acumulação antecedente, sob pena de se interpretar uma coisa pela coisa (*quid pro quo*). A acumulação prévia não nasce do funcionamento próprio do capital posto (ou capitalismo, como se queira) e sim, é seu pré-requisito. O colonialismo ao qual se referiu Marx, Schumpeter interpretou nos moldes do imperialismo e este, também não se definiria, conforme Schumpeter, como fator da acumulação primitiva, porque os impérios existiram muito antes do capitalismo. O ponto x do argumento é a sequência dos postulados de Smith e, de certo modo, Schumpeter. O capital chegou ao ponto atual como evolução natural da história e esta, precisamente nos pontos abordados por Marx, faria parte do *cotidiano histórico*, sem determinação para a configuração de um acúmulo precedente.¹³

Se o leitor bem acompanhou o problema posto, há de convir que o tema do acúmulo precedente é uma necessidade teórica. A indústria não nasce como cogumelo, *ex nihilo*. O fato de Smith ter-se atentado para prover uma explicação para este necessário ponto de partida já indica que é preciso encontrar um *starting point*, ou *bootstrap* para dar partida no sistema. Este ponto de partida nada tem a ver com qualquer *teoria da exploração* e sim, com o simples fato do roubo, da pilhagem, da mais cínica ganância humana. Este simples fato é que não pode ser ignorado e posto debaixo do tapete. O que não é possível é desvincilar-se do problema da existência deste ponto de partida. O amontoado de riqueza erguido a custo econômico desprezível e humano incomensurável, é que permitiu ao sistema do capital ou, capitalismo, como se queira, pôr-se em movimento de marcha. Esse é o ponto e esse é o fato ao qual nos atemos.

Não convém irmos longe demais. Basta que, em relação à acumulação precedente ou antecedente, seja compreendido que a situação atual, isto é, do tempo do capitalismo ao qual se referiam Smith e Marx, requer a existência de considerável acúmulo antecedente que permitiu a criação das novas estruturas de relação posta entre o proprietário do capital e o proletariado. Quer dizer, a *acumulação originária, primitiva, antecedente* tem de explicar como é que surgiu a figura do proprietário do capital e como é que surgiu a massa despossuída de propriedade. Esta explicação pode seguir as elucubrações de Smith em torno da parcimônia ou, fixar-se nos acontecimentos históricos, tais quais descritos por Marx no respectivo capítulo de *O Capital*.

1.2 - COMPARATIVA DA ECONOMIA E PECADO

É do próprio Marx a comparação desta acumulação primitiva, tomada em Smith sob a forma de mito, com a articulação da teologia, também em caráter de mito, para o *pecado original*. Escreveu Marx:

13 Situemos a figura de Schumpeter. Ele era oriundo de família ligada à aristocracia. Em 1901, ingressou na faculdade de Direito da Universidade de Viena. Acabou tendo aulas de economia, com o professor Friedrich von Wieser (1851-1926). Depois, participou de seminários com Eugen Böhm von Bawerk (1851-1914). Na mesma época estava na Áustria Ludwig von Mises. Quer dizer, todos estes faziam parte do que veio a ser conhecido como *Escola Austríaca de Economia*, ligada às contribuições marginalistas articuladas por Carl Menger, Stanley Jevons e León Walras. Na oposição à formação deste pensamento marginalista (que se refere à *utilidade marginal* como fundamento dos preços) estavam Otto Bauer (1881-1938) e, principalmente, Rudolf Hilferding (1871-1941). Hilferding, como economista (já que era médico por formação), assumira a vertente marxista de análise e participou da formação do Partido da Social Democracia Austríaca, ligando-se a Karl Kautsky. A contribuição teórica relevante de Schumpeter tem mais a ver com os rompimentos da estagnação da economia capitalista do que, de fato, em seus fundamentos teóricos.

“Essa acumulação primitiva desempenha na economia política aproximadamente o mesmo papel do pecado original na teologia. Adão mordeu a maçã e, com isso, o pecado se abateu sobre o gênero humano. Sua origem nos é explicada como uma anedota do passado. Numa época muito remota, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro lado, uma súcia de vadios a dissipar tudo o que tinham e ainda mais. De fato, a legenda do pecado original teológico nos conta como o homem foi condenado a comer seu pão com o suor de seu rosto; mas é a história do pecado original econômico que nos revela como pode haver gente que não tem nenhuma necessidade disso. Seja como for. Deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele. E desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar.” (MARX, 2013 [1890], p. 785).

A acumulação primitiva traz a *explicação de fuga* para o funcionamento do capital, da mesma maneira como, aproximadamente, o *pecado original*, o *pecado de Adão*, serve para explicar o pecado geral da humanidade. Está tudo certo no que apresentou Marx, exceto pela referência à maçã, já que o texto do Gênesis se furtava a mencionar qual seria o tal fruto do conhecimento do bem ou do mal. De qualquer modo, a antiga Mesopotâmia tinha frutas, entre elas, a *tâmara*, *maçã*, *pera*, *figo*, *romã*, *uva*... (PAIM POZZER, 2017, p. 141).

Avançando os termos da comparação, o capital em seu modo de reprodução tem como *pecado original*, o roubo e toda sorte de malfeitos e estes, estabelecem o ponto de partida para o sistema de reprodução do capital. Para dizer de outro modo, o roubo, a maldade sistemática e sistêmica, é o fundamento do acúmulo prévio do capital. Mas, a rigor, este ponto de fuga ou, de ruptura do círculo vicioso não é o cerne da análise que Marx apresenta. O foco de sua análise não é o passado ou o fundamento do capital e sim, o modo pelo qual o capital é produzido e reproduzido. E aqui, a questão interna do argumento é a continuidade da produção do excedente. No comparativo entre a economia e teologia, o cerne do argumento tem a ver com o valor como fator de explicitação do funcionamento sistêmico, da mesma maneira como o pecado original é *fator teológico de fuga* para explicação da humanidade em seu atual *modus vivendi*.

1.3 - O TRABALHO E A PRODUÇÃO DO EXCEDENTE

O ponto decisivo do pensamento de Marx, ou seja, as páginas precedentes à discussão da *acumulação primitiva*, tem a ver com a produção do excedente, ou seja, com a produção do *plus value* nas condições dadas. E aqui, discute Marx com todos os economistas do seu tempo. Esta discussão torna a leitura da obra de Marx complexa e, para muitos, enfadonha.¹⁴ O exato ponto determinante da análise

¹⁴ É o caso de Alfred Marshall, considerado o fundador da moderna economia, que simplesmente desistiu da leitura de Marx por achar a leitura um enfado. Não apenas ele como a tradição econômica inglesa que vai chegar até John Maynard Keynes, assumiram que o cânon da economia clássica vinha desde Smith, Ricardo e Mill para saltar até os marginalistas. Especialmente Ricardo, neste modo hermenêutico é visto pelos óculos de Mill. William Stanley Jevons, ao que argumenta (MOSSELMANS, 2000), intentou reconstruir o cânon pela *desconstrução* de Ricardo ou melhor, pela *desconstrução* de Ricardo sob o viés de Mill. Nenhum destes economistas da tradição inglesa se atreve detalhadamente ao que apresentava Marx, exceto, é claro, os marxistas. Mas aí, se está fora da linha *clássica* e *neoclássica* da economia.

que empreende Marx tem a ver com a busca da essência do capital, coisa bastante distinta da aparência que cerca o acúmulo. Note que aqui, já é possível expressar que também a palavra *capital* porta sentidos distintos. O capital que interessa à análise de Marx é o capital gerador de *plus value*. Mesmo que, na evidente aparência, o dinheiro gere excedente, Marx quer compreender a natureza intrínseca desta geratriz.¹⁵

Agora, falar da essência das coisas é, sempre, invocar a complexidade como permanente companheira de jornada. É mais fácil falar das aparências, de como as coisas aparecem ser. Já antecipo que esta mesma questão vai estar presente quando a fé se indaga a respeito do pecado. Compete à teologia, falar do pecado a partir de sua essência e não desde a aparência. Quanto ao sistema do capital, na aparência de funcionamento do sistema, este se conforma como se fosse derivação da economia de custos. O excedente (*plus value*) é posto como elemento de custo e aí, encontra a sua própria justificação. Na estipulação dos preços, o dirigente do processo de geração do *plus value* observa o movimento conforme este se lhe aparece. O trabalho é parte dos ingredientes de custo, assim também como o seu lucro. Se alguém se contenta com a aparência das coisas, pode parar a leitura por aqui. O problema da essência é um problema da ciência e aí, requer o *descontentamento sistemático* com a aparência das coisas (DESCARTES, 1656 [1637]); (BACONIS, 1650 [1620]).¹⁶

A discussão relativa à essência, ao que seria intrínseco à produção do capital, gerou enorme controvérsia porque manter-se afeto à discussão teórica requer elevado grau de abstração e isso nem sempre é mantido de modo uniforme. Os muitos livros relativos à formação dos preços a partir dos custos, evidenciam o modo das aparências de como o capital se reproduz.¹⁷ E aqui, temos a necessidade de manter a distinção entre as palavras, coisa que, no mundo das aparências, pode não ser relevante. Ao discutir Marx sobre o valor, pensa ele numa categoria abstrata. As confusões surgem quando valor e preço são identificados na composição da contabilidade de custos. O valor é algo que se refere a algo intrínseco, à essência de algo; o preço, por sua vez, é dado ou, definido no mercado. Valor e preço não são a mesma coisa. Valor é algo que se remete à essência das coisas e preço, à aparência, no caso da medição monetária, das mercadorias.¹⁸

15 Abordei com mais vagar esta questão em (KRUSE, 2023). A rigor, a palavra *capital* é distinta de *patrimônio* e, na própria evolução do sistema, o capital se torna gerador de rendas. Por isso, a palavra *capitalismo* se refere a um sistema gerador de rendas derivadas e Marx está interessado em explicitar a essência deste processo.

16 A lista dos filósofos em torno deste ponto é quase inesgotável, especialmente quando o tema faz a indagação pelos fundamentos do conhecimento (epistemologia). De qualquer modo, a ciência, no sentido técnico da palavra, é um ser em permanente incômodo.

17 Exemplarmente, aponto para três obras *antigas*. As novas, nada trarão diferente. (MARTINS, 1998), (FLORENTINO, 1965) e (SANTOS, 1991) trazem a contribuição que diz respeito à formação do preço sendo que, tanto o custo do trabalho, quanto o custo do lucro do capitalista têm de fazer parte da conta. Bem observe que este tema é parte comum da formação de contabilistas, administradores de empresas e economistas. Mas, na formação dos economistas, a administração do cotidiano empresarial, na medida em que se afastaria da reflexão abstrata e teórica, não é parte do núcleo da formação. O mesmo poderia ser dito em relação aos contabilistas, já que a contabilidade se ocupa dos fatos pretéritos, contabilizados e não dos fatos presentes da administração do negócio. Mas, como já mencionado, trata-se de parte comum da formação, relacionada à aparência de como funciona o sistema de reprodução do capital.

18 (KICILLOF, 2010, p. 305-365).

A discussão a respeito do valor, tal qual ocorre em relação ao pecado tem miríades de autores e não há, aqui, qualquer pretensão de esgotamento do assunto. O foco diz respeito às questões essenciais da abstração do argumento. Como ponto focal tomamos a contribuição do economista sueco Gunnar Myrdal, professor de economia na Universidade de Estocolmo. A consideração temática se dá a partir de sua principal obra, *Aspectos Políticos da Teoria Econômica* (MYRDAL, 1997 [1961]). Há boas e fundadas razões para tomar em consideração Myrdal. A primeira é que Myrdal é suficientemente crítico em relação à economia liberal para que não faça uma crítica rasteira sobre o posicionamento de Marx. Myrdal integrava o Partido da Social Democracia e havia obtido graduação em Direito em 1923. Depois, resolveu estudar economia e sua tese de doutorado é de 1927, sob orientação de Gustav Cassel, um dos representantes do neoclassicismo (marginalismo econômico). Myrdal distinguiu-se por seus próprios méritos, já que sua obra é crítica ao liberalismo e neoclassicismo. Aliás, não apenas os méritos dele como também a benfazeja influência de Alva Reimer, que Gunnar conheceu em 1919 e que se tornaria sua esposa em 1934. Alva Myrdal era diplomata sueca, vinculada à social democracia. Foi ela uma destemida mulher que se posicionou favoravelmente ao desarmamento, isto a ponto de ter-lhe sido concedido o Nobel da Paz de 1982.

Mas, o fato mesmo é que Myrdal jamais se entendeu marxista. No Prefácio escrito para a nova edição sueca de 1972 de seu livro, o próprio Myrdal aborda o problema, já que Heckscher escrevera uma crítica ao livro de Myrdal e a correspondência trocada entre ambos indica que Heckscher apelava à *parcialidade* de Myrdal, já que a crítica em seu livro atingia apenas o liberalismo e a economia neoclássica, sem se reportar incisivamente ao marxismo. Sobre isto, escreve Myrdal no prefácio já mencionado:

“Por trás de minha desistência de escrever um estudo crítico sobre Marx estava também o fato de eu jamais ter sido marxista, embora, naturalmente, tivesse aprendido com Marx tanto quanto com os outros grandes autores. Todas as minhas raízes, porém, encontravam-se na filosofia do iluminismo, e os autores socialistas franceses e ingleses mais antigos haviam exercido uma influência bem mais vigorosa sobre mim. Diferentes de Marx, os socialistas ‘utópicos’ eram planejadores. O marxismo não era para mim uma forma de pensamento com que eu tivesse identificado a ponto de gerar uma necessidade de ‘livrar-me dela.’” (MYRDAL, 1997 [1961], p. 9).

Myrdal foi ganhador do prêmio Nobel do ano de 1974 e dividiu o prêmio com Ludwig von Mises. Myrdal não gostou muito desta divisão, não pelo dinheiro do prêmio, e sim, porque considerava von Mises mais um ideólogo do capitalismo do que, propriamente, um economista. O ponto analítico de Myrdal permaneceu, durante muitos anos, focado na questão do valor. Sobre este tema, argumentou,

“[...] Toda história do pensamento econômico é marcada pela noção de que pelo recurso a operações puramente lógicas é possível formular, baseando-se em observações empíricas, o conceito de uma espécie de ‘valor’ que é de algum modo mais profundo do que o simples valor de troca ou preço. Acredita-se que esse conceito deva ser o ponto de partida de toda análise econômica que realmente tenta penetrar abaixo da superfície. É também geralmente aceito que a teoria do valor possui uma significação central na construção das doutrinas econômico-políticas. Com efeito, a teoria do valor está sempre implícita nos resultados políticos, mesmo quando não figurou explicitamente entre as premissas.” (MYRDAL, 1997 [1961], p. 26).

Ao discutir a *teoria clássica do valor*, Myrdal está ciente de que encontrar o valor das mercadorias produzidas seria equivalente à busca por um elemento universal que pudesse estabelecer o *justum pretium*. Mas, de sua ótica, as proposições de Adam Smith e Davi Ricardo sobre o valor não se sustentariam.¹⁹ O problema básico se daria porque “*tanto Adam Smith como Ricardo definem o valor em primeiro lugar como valor de troca. No decorrer da explicação do valor de troca, introduzem de contrabando a teoria do valor real sem uma completa discussão de sua natureza.*” (MYRDAL, 1997 [1961], p. 61). O trabalho, como fundamento do valor, como é o caso de Smith e Ricardo, teria que ser admitido como homogêneo, como indica Myrdal, coisa que dista, por completo, da complexidade do trabalho na sociedade contemporânea. Quanto ao pensamento de Ricardo, Myrdal é também enfático:

“[...] a sua teoria de custo é inteiramente irrelevante no tocante a esse problema, pois ela apenas declara que os preços dos bens são determinados pelos seus custos físicos de produção em termos de trabalho.” (MYRDAL, 1997 [1961], p. 63).

Em conclusão, “*mesmo quando os autores clássicos examinaram apenas as razões de valores reais, pressupunham um valor real absoluto em termos do qual ambas as magnitudes da razão se expressam. Uma medida de valor invariável implica um valor absoluto, intrínseco. Essa ficção inteiramente antiempírica é subjacente em todo sistema clássico, e impregna mesmo seus argumentos de outro modo sólidos.*” (MYRDAL, 1997 [1961], p. 65). Até aqui, é suficiente para que o problema do valor seja bem compreendido.

O problema, simplifiquemo-lo, é que o valor, posto como algo *inerente* à mercadoria, de fato não está vinculado ao preço das mercadorias no mercado. A busca deste *valor real absoluto* estava em questão no pensamento de toda economia clássica e Marx também fazia parte deste movimento. Mas, se é algo intrínseco ao que se produz e não tem relação com o preço da mercadoria, como poderia ser tal valor calculado? Ademais, se não tem relação com o preço da mercadoria, torna-se algo meramente abstrato, inútil para a economia no cotidiano. Smith tenta escapar do problema mencionando que o valor real, definido pelo trabalho, estaria *inserto, contido* na mercadoria. Mas aí, seria difícil escapar da noção de que o trabalho contido seria parte dos custos da mercadoria. Este *escape* promovido por Smith (e Ricardo, de certo modo) se deu pela recusa da economia clássica em identificar os elementos de custo em função do importe monetário. O trabalho, enquanto valor real, se torna, categoria intangível e incalculável já que, como valor real não se identifica com o valor de troca (valor que se alcança no mercado).

Chegamos, agora, em Marx que, como se sabe, aceitou as premissas da economia política clássica em torno do valor definido a partir da categoria do trabalho.²⁰ A primeira questão emergente é saber como é que o trabalho pode ser tomado como homogêneo se, na prática, este é inomogêneo. Os trabalhos não são iguais. Como é que se poderia colocar como valor intrínseco às mercadorias, os diversos diferentes trabalhos? Pois, quem homogeneizou o trabalho não foi Marx e sim, o próprio regime do capital. Marx toma o *trabalho socialmente necessário* (trabalho social médio, como consta em (MARX, 2013 [1890], p. 245)),²¹ aquele que de fato ocorre no processo industrial, como o trabalho socialmente

19 Sobre ambos, (RUBIN, 2014 [1928 2ª], p. 195-352).

20 Esta aceitação passou, primeiro, pela rejeição à hipótese, como destaca Mandel *apud* (PAULO NETTO, 2020, p. 551, nota 36).

21 Veja, também, (MARX, 2013 [1890], p. 293, nota 29) em que Marx especifica a questão dos termos em relação ao *tempo de trabalho necessário*.

necessário. Na indústria, o trabalho humano é homogeneizado, de sorte que o tempo de produção da indústria, este essencialmente variável, determina o valor que consta inserto, contido, inerente à mercadoria (ROSDOLSKY, 2001 [1968], p. 86-92). O ponto é que a mercadoria não se produz sem o trabalho.

Certo! Então quer dizer que na produção de mercadorias existe um *ingrediente* que, em última análise, define o processo de produção do capital? Sim, é exatamente este o caso. Tem como mensurar monetariamente este ingrediente? Não, não é possível, basicamente porque a moeda é derivativa do próprio valor embutido na produção de qualquer coisa. Ou seja, a moeda não mensura valor e sim, preço. A especificação do trabalho, ou seja, o custo do trabalho não guarda conexão com o valor que se embute na mercadoria. A régua de apreciação do trabalho, em Marx, se dá pelo tempo. Então, o trabalho de produção se mensura pelo tempo socialmente ou, em paráfrase, *industrialmente* necessário à consecução da mercadoria. Este tempo jamais vai ser determinado já que “envolve conceitos não-operacionais” (AARON, 2012, p. 392), ou seja, o cálculo do trabalho condicionado ao transcurso do tempo não se presta à operacionalização.²² Sobre esta questão, ainda escreve Aaron,

“Pode-se dizer que a teoria da mais-valia, na forma científicamente rigorosa em que está apresentada em *O capital*, não é uma verdadeira teoria. Pelo fato de ser uma teoria que não se pode beneficiar com uma demonstração científica quantitativa, à maneira de uma teoria científica. Mas essa teoria comporta uma verdade sociológica profunda, que subsiste, mesmo que se deixe de lado a demonstração científica, por intermédio de Ricardo repensado em termos hegelianos.” (AARON, 2012, p. 393).

Corrijo a frase de Aaron. A teoria da mais-valia não é uma *verdadeira teoria científica* já que indemonstrável empiricamente. Esta dificuldade em relação à científicidade da teoria do valor acaba se adequando a meras expressões ideológicas utilizadas largamente na política, grosso modo, tanto pela direita quanto pela esquerda. A ideia da exploração capitalista se manifesta no simplismo de se achar que o proprietário explora o trabalhador pagando-lhe menos do que deveria, coisa que é uma heresia até para o que Marx escreveu. O trabalhador recebe o justo preço pelo trabalho definido pelo mercado. As relações aí são da equivalência de mercado. O que Marx escreve, em minucioso argumento, transposto ao modo objetivo, é que “[...] o incremento do valor, demonstra Marx, não provém da exploração do trabalhador, se por explorar se entende comprar algo por menos do que valha. O plus valor aparece mesmo quando todas as mercadorias, inclusive a força de trabalho, são pagas por seu valor íntegro. Demonstra, pois, como brota o plus valor da troca de equivalentes.” (KICILLOF, 2010, p. 363).

Aplica-se ainda à teoria do valor, o simplismo moralista em que o proprietário se torna explorador dos seus funcionários. As experiências dos diferentes socialismos trouxeram suficiente luz sobre os problemas de se impor a teoria do valor como fundamento das relações de preços, de compra e venda.²³

22 Também (DESAI, 2003, p. 425-428) apresenta a problematização desta questão. Basicamente, o professor de estatística alemão Ladislau von Bortkiewicz intentara refutar a discussão empreendida por Böhm-Bawerk contra Marx, propondo, sob a forma de equação, demonstrar que a *mais valia total* seria igual ao lucro total. Por razões óbvias, Desai rejeita as consequências da demonstração matemática proposta por von Bortkiewicz.

23 Bem compreenda que o capital enquanto modo de produção de mercadorias, não é inventor do mercado como, tampouco, não é inventor do sistema de preços. As feiras em que se compra e vende mercadorias são muitíssimo mais antigas do que o advento do capitalismo.

Tanto (SIK, 1978) quanto (NOVE, 1989 [1983]) apresentaram bem as dificuldades de se planificar a economia conforme as ideias da teoria do valor. Para bem dizer a questão, a ideia teórica em torno do valor definido pelo trabalho como ingrediente é, simplesmente, inútil como elemento da sociedade do capital. É inútil, porque o valor trata da essência das relações de produção e não de como as relações postas pelas mercadorias funcionam no mercado. A *supersimplificação* da teoria, a trazida do tema para o popular (cf. nota 8), desvirtua a própria consciência e atuação socialista. A manutenção dos empregos, em *supersimplificação hermenêutica*, por exemplo, pode ser defendida até contra os temas da sobrevivência ambiental do planeta.²⁴

Mesmo assim, a referência ao valor estabelece uma teoria que expressa o modo pelo qual o capital é produzido. Como teoria, ainda precisa explicar o próprio capital, ou seja, a geração de renda pela produção de mercadorias. O capital gera rendas e isto não ocorre porque os salários pagos sejam exploratórios dos trabalhadores. Mesmo que isso possa ser assim, e normalmente é assim, não é o fio do argumento. Se este fosse o argumento, Marx não estaria livre do *pecado original* definido pela história da pilhagem promovida para fundar a acumulação originária. Se fosse assim, os motivos da revolução estariam expressos pela elementar injustiça, vista sem qualquer necessidade teórica e a obra de Marx descambaria para o apelo revolucionário utópico. Contudo, é expresso, em Marx, a rejeição ao postulado socialista utópico. A questão do capital não é, em essência, uma questão moral e sim, estrutural. A compreensão do sistema do capital é que permite o traçado estratégico da classe trabalhadora. É pela compreensão do sistema que se conclama o operariado a unificar suas lutas como consta no Manifesto Comunista. Retomamos, então, a indagação fundamental: como o capital é [re]produzido, depois de ter sido, anteriormente, acumulado?

O capital, ou seja, o montante econômico que é gerador de renda, ocorre pelo simples fato de o trabalho gerar, na saída (*output*) produtiva, importe maior do que o recebido na entrada (*input*). Isto não ocorre com o maquinário (capital morto ou constante), já que o *input* (preço de aquisição) é o mesmo preço repassado à produção (*output*). Na contabilidade de custos, uma máquina que custa \$ 1 milhão não pode ter seu custo majorado para \$ 2 milhões, exceto se não houver, naquele mercado de maquinário, concorrência. Em condições normais, como todos os capitalistas compram o maquinário pelo mesmo preço de mercado, o diferencial entre *input* e *output* precisa dar-se em outro ponto, distinto do *capital morto ou constante*. A rigor, este diferencial também não se explica pelo fator terra já que este promoveria rendas diferenciais e não justificativa para o excedente do capital.²⁵

24 Questão apontada, entre outros, por (DESAI, 2003, p. 403). É precisamente neste ponto que mantenho interrogantes a respeito da proposição apresentada por Chantal Mouffe (MOUFFE, 2020). Fala ela em articulação de um *populismo de esquerda*. Essa fala tem a ver com o recrudescimento das polarizações políticas em que a esquerda não consegue equacionar sua própria estratégia. A direita política se fia na ideia de que o governo em sistema capitalista deve primar pela melhor gestão dos recursos. O gestor público acaba sendo o tema ao qual se aferra e é julgada a esquerda quando chega ao poder. Meus interrogantes me dizem que o populismo, seja de esquerda, seja de direita, não é suficiente para levar o barco a salvo até o seu destino.

25 A renda diferencial da terra vem de Davi Ricardo (RICARDO, 1982 [1817], p. 65-73). O preço da produção agrícola teria que ser determinado pelas terras de pior qualidade, sob pena de não haver produção nestas terras. Isto equivale dizer que as terras de melhor qualidade e com maior produção, por consequência, receberiam renda excedente, diferencial. O mesmo raciocínio há de aplicar-se à supressão de concorrência porque aí existe a renda diferencial promovida pela situação de imposição de preços (monopólios e oligopólios). A imposição de preços, em teoria, poderia dar-se pela majoração dos

Na igualação das condições de produção do *modo capitalista de produção*, a geração de valor excedente, *plus value*, cabe apenas ao capital vivo. Assim,

“Portanto, a parte do capital que se converte em meios de produção, isto é, em matérias-primas, matérias auxiliares e meios de trabalho, não altera sua grandeza de valor no processo de produção. Por essa razão, denomino-a parte constante do capital, ou, mais suscintamente: capital constante. Por outro lado, a parte do capital constituída da força de trabalho modifica seu valor no processo de produção. Ela não só reproduz o equivalente de seu próprio valor, como produz um excedente, um mais-valor, que pode variar, sendo maior ou menor de acordo com as circunstâncias. Essa parte do capital transforma-se continuamente de uma grandeza constante numa grandeza variável. Denomino-a, por isso, parte variável do capital ou, mais suscintamente: capital variável.” (MARX, 2013 [1890], p. 286).

Mas, por que não é possível pensar de outro modo? Pensar, por exemplo, que o *plus value* se realize depois da produção realizada, de sorte que, ao custo total se lhe agregue a margem de ganho (*mark up*) de lucro empresarial?

Esta questão, mesmo que reiteradas vezes repetida desde a ótica das aparências e presente até em diferentes livros de economia foi analisada pelo próprio Marx. A questão é que, no mercado, “*são trocadas mercadorias, ou mercadorias e dinheiro de mesmo valor de troca, portanto, equivalentes, é evidente que cada uma das partes não extrai da circulação maior valor do que o que nela lançou inicialmente. Não há, então, criação de mais-valor.*” (MARX, 2013 [1890], p. 235). Qual é o ponto aqui? O ponto é que, no mercado em que são pressupostas condições de equivalência, não é possível que o capitalista, individualmente, resolva, por sua própria conta, que deve aumentar os seus preços para obter ganhos excedentes. Ora, a pressuposição de equivalência no mercado faz com que os aumentos de uns sejam aumentos de todos. Os preços maiores serão distribuídos até o ponto de equivalência, razão pela qual “*a criação de mais-valor e, por conseguinte, a transformação de dinheiro em capital não pode ser explicada nem pelo fato de que uns vendem as mercadorias acima do seu valor, nem pelo fato de que outros as compram abaixo do seu valor.*” (MARX, 2013 [1890], p. 236).²⁶

O dedo na ferida é a indagação, quem é o vendedor? Acaso vive ele fora do planeta, desconectado dos compradores? Ou, não seria o caso do vendedor ser, ele também, comprador? Esta indagação, também faz Marx já que diz, “*a ideia de que os lucros são pagos pelos consumidores é, certamente, muito absurda. Quem são os consumidores?*” (MARX, 2013 [1890], p. 237, nota 28). A extração do argumento faria pressupor a existência de uma classe que apenas vende, sem participar dos negócios de troca. Mas, para quem venderia esta classe e como a classe compradora teria dinheiro, de onde viria este dinheiro, para fazer as compras? Marx entende que esta questão possa trazer dificuldades

preços lançados para o capital morto ou constante. Mas, a evolução das obrigações contábeis impede ou, dificulta muito, que esta prática seja efetiva.

26 Observe bem o problema das palavras. Marx aqui se refere ao preço obtido no mercado e não ao valor em si. O problema da ambivalência da palavra valor é responsável por muitas confusões. Mas, convenhamos que é difícil encontrar substitutos adequados à palavra *valor*.

compreensivas porque, ao tratar da questão, são utilizados “[...] os atores como categorias personificadas, e não individualmente.” (MARX, 2013 [1890], p. 237).

A meu ver, exatamente o trato do tema considerando categorias personificadas garante, ao argumento, a sua necessária abstração. Esta necessidade da abstração faz com que, em suma, Marx escreva que “[...] o capital não pode ter origem na circulação, tampouco pode não ter origem na circulação. Ele tem de ter origem nela e, ao mesmo tempo, não ter origem nela.” (MARX, 2013 [1890], p. 240). Corrijamos a frase pelo que já apresentei em minha tese, mantendo as respectivas notas de rodapé, naquilo que pertinente.

“Para Marx, era interessante que o aumento (mais valor) ocorre no e a partir do movimento do capital.²⁷ Mas o que é realmente interessante é que esse aumento de valor não é criado pela circulação (HARRIS, 2012).²⁸ Pelo contrário, a circulação destaca o *plus value* que antes foi criado.²⁹ (KRUSE, 2023, p. 278).

Aqui chegamos ao ponto em que é possível desvincilar o pecado original do capital (a acumulação originária) da sistemática de reprodução do capital. Sim, é verdade que se poderia dar continuidade à narrativa de roubo e pilhagem que fundou a construção da acumulação primitiva. Mas, não é este o ponto da abordagem de Marx. O sistema, depois de receber o pontapé inicial, pela acumulação antecedente, caminha pelas próprias pernas e isso faz pela apropriação privada do valor excedente gerado na produção das mercadorias.

27 O *plus value* (valor aumentado) que provém do trabalhador; ocorre mais tarde, na circulação de mercadorias. O trabalhador gera *plus value* (mais valor) mas, esse *mais*, tem que ser realizado no mercado, na circulação para que retorne aumentado. Se não se realizar este circuito porque não se vende o produto, mesmo assim, o *plus value* (valor adicionado) está contido no produto. O conceito de exploração do trabalho tem causa social, mas esta não é a primeira preocupação do argumento de Marx. A pergunta certa faz (HARVEY, 2013, p. 68), “*como os capitalistas entendem uma desigualdade, DD, mediante um processo de troca que pressupõe equivalência? Em resumo, onde o lucro surge em condições de troca justa?*” Cambio justo é pensado como câmbio entre equivalentes. (MATTICK, 2013 [1969], p. 70), organizando os pensamentos de Marx e Keynes para comparação, fala de uma preferência de Marx por “(...) los aspectos extramonetarios de la economía.” A moeda faz parte do mundo caricatural, aparente que, para Marx, está enfeitiçado. Na verdade, ao ler o que Mattick escreve, pode-se concluir que Keynes tentou rejeitar Marx junto com Ricardo sem realmente entender o que Marx estava dizendo. Veja ainda (MARX, 2011 [1840], p. 424-454). O feitiço da moeda permite pensar que seja ela a medida de valor. Mas qual é o valor da moeda? A resposta a tal pergunta apenas por enfeitiçamento pode ser dada porque o valor trafega *em abstrato*. O valor só pode ser apurado a partir da materialidade produtiva. Por isso, o valor está vinculado ao trabalho. Ponderam (CARCANHOLO e NAKATANI, 2015, p. 77), “*a verdadeira medida do valor não está constituída pelo dinheiro, a medida imanente do valor é o trabalho, por ser este sua substância criadora.*” O problema de tal medida de valor, o trabalho, é que, simplesmente, não é útil para as transações no capitalismo.

28 Veja a discussão em (MOHUN, 2012), a tese de (BORGES NETO, 2002) além do próprio (MARX, 2013 [1890], p. 231-241).

29 (KICILLOF, 2010, p. 362-365) aponta que o *plus value* (valor maior) de Marx não pode ser gerado na circulação porque, se fosse, os ganhos de um seriam as perdas de outro e, nesse caso, não seria um jogo de soma zero (de equivalentes). Mesmo que o argumento seja válido, a questão é que a razão pela qual os lucros devem existir na própria produção é dada pela produção realizada; o que foi produzido tem um valor de venda, que corresponde ao *output* da produção, necessariamente superior à soma dos seus custos (em termos de valor) de produção, correspondente ao *input* da produção. Se a saída da produção não fosse maior que a entrada, o capitalismo que usa o trabalho não seria viável. Até a escravidão é inviável, se o custo de manutenção de um escravo for de maior magnitude do que aquilo que o escravo for produzir.

CONCLUSÃO

Havemos de retomar as questões que marcaram a origem deste artigo. Sim, a acumulação primitiva ou originária permitiu, pela profunda modificação das condições e relações sociais, a criação do *sistema do capital*. Faz parte deste acúmulo prévio, a geração das massas proletárias, pessoas sem propriedade, disponíveis para serem usadas pelo capital. Também faz parte deste acúmulo a geração dos recursos que viabilizaram a construção das indústrias e do seu maquinário. Mas, é bom ser sério a este respeito, a forma de acúmulo se deu pela maior indignidade humana possível. O roubo e a espoliação das populações em todos os cantos do redondo planeta foram a marca desta acumulação. Depois dos recursos acumulados, o capital se adapta e se coloca em marcha, continuando sua tarefa de manter os ganhos no sistema gerado pela ganância humana.

Contudo, a manutenção dos ganhos se faz, não mais conforme o modelo da acumulação primitiva, e sim, pela estruturação derivada das forças produtivas. A exploração persiste sob outra e nova forma. Desta vez, ao invés da manutenção do simples e puro roubo, o capital mantém a geração de excedente pelo uso da extraordinária capacidade humana para o trabalho. O preço de aquisição (aluguel) da força de trabalho é declinante, seja pela diminuição absoluta do quantitativo de trabalho, seja pela concorrênciaposta pelo exército *industrial de reserva*. Até aqui, isto tudo é posto desde a análise do capital empreendida por Marx. Os tempos, todavia, já não mais são os mesmos. O capital continuou sua desabalada carreira e as formas pelas quais ocorre a geração e apropriação dos excedentes se sofisticou enormemente. A exploração se dá, não mais prioritariamente sob formas absolutas como especialmente, sob formas relativas. O uso do trabalho como fator de geração de excedente se dá em sua conformação relativa, com grau de intensidade inúmeras vezes multiplicado. É possível abordar estes novos problemas desde diferentes enfoques. Sob qualquer perspectiva, para manter o comparativo com o pecado, seria possível dizer que o pecado se tornou muito mais sofisticado, um verdadeiro novo ser mutante.

Dentre os muitos pontos de ancoragem possíveis para concluir as presentes reflexões, valho-me de três pontos salientes. O primeiro é relativo à desconexão entre capital produtivo e capital fictício ou especulativo; o segundo em relação à superexploração do trabalho em sua forma relativa e consequente geração programática da insegurança social e, por fim, a exemplificação da [re]transformação do próprio trabalho em mercadoria.

Primeiro, vem a calhar trazer à luz as contribuições trazidas por (PIKETTY, 2014). Em apertadíssima síntese, aponta este economista francês, que a estatística dos dados relativos aos ganhos incidentes sobre o capital especulativo, começa a distar fortemente dos resultados experimentados no âmbito do setor produtivo. Isto vale dizer que o capital especulativo, notadamente vinculado ao capital financeiro, começa a experimentar progressiva desconexão em relação à sua base de sustentação. Resta caracterizada uma nova era em que prevalece o capital improdutivo e especulativo.³⁰ A constatação de tais resultados coloca o mundo dos ganhos capitalistas em uma nova condição em que ressurge o prenúncio da tendência à estagnação do empreendimento produtivo capitalista dada até pela tendência geral da redução das taxas de lucros. O capital deixa de ser produtivo, sai fora da produção de mercadorias e se

30 (DOWBOR, 2017).

destina à especulação.³¹ Faz parte da lógica de Marx esta questão. Mas, ela aparece de um modo relativamente inesperado já que o caminho trilhado se mostrou presente por vias alternativas.

De outro lado, o avanço da tecnologia, que se remete à parte constante do capital, acabou afetando decisivamente o componente vivo do capital. Ao se pensar em pós-capitalismo, vem à mente o mundo em que o trabalho não mais é necessário ou, se é necessário, o é em escala reduzida (DRUCKER, 1993). A pressão sobre a massa trabalhadora traz a constatação que “*a ameaça do desemprego desloca o ônus da prova para a parte adversa, ou seja, para os dominados. Cabe agora aos subordinados adotar um comportamento que tenha boas chances de agradar aos chefes e de estimulá-los a ‘adquirir’ os seus serviços e seus ‘produtos’ particulares - exatamente como os outros produtores e revendedores estimulam em seus potenciais consumidores o desejo de comprar as mercadorias que vendem.*” (BAUMAN, 2009, p. 52). Este novo mundo é o da nova incerteza e insegurança social (CASTEL, 2012); (CASTEL, 2004). O horror econômico bate às portas (FORRESTER, 1996). O ponto decisivo é que não mais se vê no horizonte, que exista maneira de contornar os problemas que estão postos no regime de extração do valor excedente pelo capital.

Por último, o trabalho que era dado à produção do excedente de valor, vai se tornando, ele próprio, *bimercantilizado* pelo uso intensivo da tecnologia e maquinário.³² O caso explícito tem a ver, não exclusivamente com a mercantilização da educação e sim, com a transformação do trabalho de docência em mercadoria. A docência, em sua capacidade de fornecer serviço de demanda, pode ser explorada pelo novo uso intensivo derivado da tecnologia. A aula, que haveria de ser o resultado do trabalho, é assim, mercantilizada de forma intensiva já que o *plus value*, em seu componente relativo, é extraído de forma intensiva e este modelo se aplica como regra geral.

Esta *bimercantilização* generalizada do trabalho pelo uso da tecnologia pode ser melhor percebida no exemplo do sexo. A prostituta do passado que *alugava* os seus serviços torna-se, pela tecnologia, ela própria participante do mercado de massa. Antes, a prostituta alugava seus serviços para o comprador, alugador. Hoje, pela tecnologia, o serviço sexual faz parte da produção massiva. Tal nova sistemática da mercantilização de tudo pode ser avaliada pelos aplicativos destinados ao mundo da pornografia. Consideremos o exemplo do site *chaturbate* lançado em 2011. O site exibe, sem interrupção, shows eróticos e pornográficos, recebendo em troca, pagamentos de assinatura e *tokens* que podem ser conversos em dinheiro (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Chaturbate>). A mesma wikipedia informa que “*atualmente, cerca de 90% da pornografia comercial é produzida nos Estados Unidos, sendo o restante produzido principalmente por: Japão, Brasil, Países Baixos, Espanha e Rússia. Apesar de não ser grande produtor e o consumo ser ilegal, em termos absolutos a China é o maior consumidor de pornografia do Mundo, seguida pelos Estados Unidos e Japão.*” A projeção de faturamento anual da indústria do sexo importa

31 Esta fuga do capital da órbita da produção busca meios de ocultar-se dos esforços tributários como destacou (SHAXSON, 2014).

32 A dupla mercantilização se dá, primeiro, pelo aluguel da força de trabalho e, num segundo momento, pela oferta de *venda* do próprio trabalho no mercado tecnológico. O possuidor da força de trabalho (o empregador) ganha duplamente, tanto pelo domínio do que venha a ser produzido, quanto da venda do próprio fator de produção. Esta questão fica parcialmente clara pela *mercantilização da educação* na medida em que a força de trabalho do professor é alugada para ser usada, de modo intensivo, pela tecnologia da comunicação à distância. O trabalhador perde, inicialmente, o controle sobre o seu trabalho e, depois, sobre a seu próprio direito de criação na medida em que o trabalho realizado é usado intensivamente.

valores próximos aos 15 bilhões de dólares, apenas nos Estados Unidos.³³ Todos estes novos modelos fazem parte do mundo do capital fictício em que o consumo não mais está ligado a produtos gerados pela indústria. De certo modo, até causa certa estranheza falar em “*indústria do sexo*”, mesmo que seja isso mesmo. Entre os bilionários do mundo, estão os proprietários de empreendimentos da pornografia.

Não, não se analisa o capital sob a lógica da moralidade. Impõem-se, antes, a compreensão do que está acontecendo. O capital é um ser mutante, sendo que o grau de mutação coloca no horizonte, grandes inquietações humanas, sociais, ecológicas.

OBRAS CITADAS

Unsupported source type (DocumentFromInternetSite) for source RED22.

AARON, R. **O Marxismo de Marx**. São José dos Campos: Benvirá, 2012.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença & Martins Fontes, 1970.

AURELI AUGUSTINI, S. **Confessiones**. Paderborn: Verlag Ferdinand Schöningh, 1962 [397-400].

BACONIS, F. **Novum Organum Scientiarum**. Lugd. Batav: Adriani Wyngaerden, 1650 [1620].

BAUMAN, Z. **Capitalismo Parasitário**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BÖHM-BAWERK, E. R. V. **Karl Marx and the Close of His System**. New York: Agusutus M. Kelley, 1949 [1896].

BORGES NETO, J. M. **Duplo Caráter do Trabalho, Valor e Economia Capitalista**. São Paulo: USP, 2002. Tesis presentada para el Doctorado en Economía.

CARCANHOLO, R. A.; NAKATANI, P. O Capital Especulativo Parasitário. In: GOMES, H. O. **Especulação e Lucros Fictícios; Formas Parasitárias da Acumulação Contemporânea**. São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 125-159.

CASTEL, R. **La Inseguridad Social; ¿Qué es estar Protegido?** Buenos Aires: Manantial, 2004.

CASTEL, R. **El Ascenso de las Incertidumbres; Trabajo, Protecciones, Estatuto del Individuo**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.

DESAI, M. **A Vingança de Marx; A Ressurgência do Capitalismo e a Morte do Socialismo Estatal**. São Paulo: Codex, 2003.

33 Para evidenciar os termos comparativos, o anuário 2022 sobre dados de 2020, aponta que o setor automotivo teve faturamento de 39,6 bilhões de dólares no Brasil (REDAÇÃO AB 2022). Qual é a questão aqui? Está debaixo do nariz. A indústria de automóveis faturou \$ 40 bilhões enquanto o sexo fatura \$ 15 bilhões, sendo que os custos do sexo são irrisórios em relação à montagem de um automóvel. Os lucros do sexo são, portanto, muitíssimo superiores. Mesmo esta estimativa para os Estados Unidos de \$ 15 bilhões anuais, é incerta. Há projeções de que a lucratividade mundial do sexo chegue a 400 bilhões de dólares anuais.

DESAI, M. Capitalismo. In: _____ **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 75-79.

DESCARTES, R. **Discurso sobre o Método**. London: A Leyden, 1656 [1637].

DOWBOR, L. **A Era do Capital Improdutivo**. São Paulo: Outras Palavras & Autonomia Literária, 2017.

DRUCKER, P. **Sociedade Pós-Capitalista**. Lisboa: Actual, 1993.

FLORENTINO, A. M. **Custos; Princípios, Cálculo e Contabilização**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1965.

FORRESTER, V. **O Horror Econômico**. São Paulo: UNESP, 1996.

GORDON, DAVID. The Marxist Case for Socialism. Alabama: Ludwig von Mises Institute, 1993. p. 33-49.

HARRIS, L. Formas de Capital e Rendimentos. In: BOTTMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 235-238.

HARVEY, D. **Os Limites do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HEILBRONER, R. **A História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1996 [1953].

HINKELAMMERT, F. **As Armas Ideológicas da Morte**. São Paulo: Edições Paulinas, 1983.

KICILLOF, A. **De Smith a Keynes**. Buenos Aires: Eudeba, 2010.

KRUSE, M. **Usura sob o Prisma do Direito; O Sentido do Direito como Instrumento da Justiça Considerando a Análise Temática da Usura**. Buenos Aires: UNLZ, 2023.

LARRAIN, J. Ideologia. In: _____ **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 270-274.

MARTINS, E. **Contabilidade de Custos**. 6^a. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARX, K. **Grundrisse - Esboços da Crítica da Economia Política**. São Paulo: Boitempo, 2011 [1840].

MARX, K. **O Capital; Crítica da Economia Política - Livro 1 O Processo de Produção do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013 [1890].

MATTICK, P. **Marx y Keynes; Los Límites de la Economía Mixta**. Buenos Aires: CEICS - Ediciones ryr, 2013 [1969].

MAZZUCCHELLI, F. **A Contradição em Processo; O Capitalismo e suas Crises**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MOHUN, S. Valor. In: _____ **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

MOSSELMANS, B. Cracking the Canon; William Stanley Jevons and the Deconstruction of ‘Ricardo’. In: PSALIDOPoulos, M. **The Canon in the History of Economics**. London & New York: Routledge, 2000. p. 127-145.

MOUFFE, C. **Por um Populismo de Esquerda**. Tradução de Daniel de Mendonça. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

MYRDAL, G. **Aspectos Políticos da Teoria Econômica**. São Paulo: Nova Cultural, 1997 [1961].

NOVE, A. **A Economia do Socialismo Possível; Lançado o Desafio**: Socialismo com Mercado. São Paulo: Ática, 1989 [1983].

PAIM POZZER, K. M. Os Mesopotâmicos tinham Fome de Quê? Literatura, Cultura Material e Outras Histórias. **Heródoto, nº 2**, Guarulhos, v. 2, p. 137-152, Dezembro 2017.

PAULO NETTO, J. **Karl Marx; Uma Biografia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

PIKETTY, T. **Capital in the Twenty-First Century**. Tradução de Arthur Goldhammer. 1ª. ed. Cambridge & London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982 [1817].

ROSDOLSKY, R. **Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001 [1968].

RUBIN, I. I. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014 [1928 2ª].

SANTOS, J. J. D. **Fromação de Preços e do Lucro**. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

SCHUMPETER, J. A. **Business Cycles**: A Theoretical, Historical, and Statistical Analysis of the Capitalist Process. Randburg: Porcupine Press, 2014 [1939].

SHAXSON, N. **Las Islas del Tesoro; Los Paraísos Fiscales y los Hombres que se Robaron el Mundo**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2014.

SIK, O. **A Terceira Via**. Lisboa: Arcadia, 1978.

SMITH, A. **Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações**. 2ª. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980 [1776 6ª].

STALLYBRASS, P. **O Casaco de Marx; Roupas, Memória, Dor**. São Paulo: Autêntica, 2012.

WESTHELLE, V. Poder e Política: Incursões na Teologia de Lutero. In: _____ **Lutero - Um Teólogo para Tempos Modernos**. São Leopoldo: Sinodal & EST, 2013.

ZWETSCH, R. E. Lutero, Justiça Social e Poder Político. **International Twin Consultation - Education - Transformation**.